

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: Terra / Demarcação

Data: 19 de Dezembro de 1978

Pg.: 22

# Funai admite: demarcação falhou

Das sucursais e do correspondente

Ao falar a respeito do prazo fixado pelo Estatuto do Índio para a regularização das terras indígenas, que termina hoje, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, revelou ontem, em Brasília, que nem os recursos adicionais de 100 milhões de cruzeiros previstos para a demarcação das áreas no próximo ano serão suficientes para garantir a delimitação de todas as reservas, parques e postos indígenas existentes no País.

O general Ismarth disse ignorar qual o critério adotado pela comissão que elaborou o Estatuto do Índio ao estabelecer o período de cinco anos para a conclusão dos trabalhos: "Para fixar um prazo assim tão curto — concluiu — em primeiro lugar seria

importante que o governo tivesse destinado recursos que permitissem a realização de um trabalho dispendioso como a demarcação de todas as áreas indígenas. Exatamente por não termos contado com recursos suficientes é que traçamos um esquema de prioridades, demarcando primeiro aquelas áreas mais ameaçadas por invasores".

Hoje, 23 líderes indígenas irão ao meio-dia ao Palácio do Planalto para tentar entregar ao presidente Ernesto Geisel um documento em que exigem a demarcação de suas terras e criticam o projeto de emancipação dos índios. Em Belo Horizonte e Curitiba, o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena e a Associação Nacional de Apoio ao Índio, respectivamente, divulgaram ontem notas de protesto contra a política indigenista do governo.

## Índios recorrem a Geisel

Os 23 líderes indígenas que irão hoje, ao Palácio do Planalto, representam 13 tribos de sete Estados e tomaram essa decisão após se reunir durante os dois últimos dias em assembléia na cidade de Goiás Velho, a 140 quilômetros de Goiânia. Na sede do Centro de Treinamento da Diocese, cedida pelo bispo d. Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), participaram dos debates, chefes das aldeias xavante de São Marcos e pareci de Rio Verde, em Mato Grosso; das tribos tapirapé, rikbaktsa e kaiová, também mato-grossenses; dos grupos jamaadi, apurinã e dessana, do Amazonas; galibi, palikur e karibuna, do Amapá; guarani, do Espírito Santo; kaingang, do Rio Grande do Sul; e da tribo xanxerê, de Santa Catarina.

A imprensa não teve acesso ao salão da assembléia que, segundo d. Tomás, foi exclusivamente de índios: "Apenas dois não-índios assistiram às sessões para gravar e fazer anotações sobre os pronunciamentos indígenas". Segundo o bispo, o Cimi decidiu "estender a mão ao índio para que ele fizesse essa reunião, se quisesse e como quisesse", por três motivos básicos.

"Em primeiro lugar — explicou — porque nesse quinto aniversário do Estatuto do Índio, quando se constata que nem a terça parte da área dos índios foi demarcada, a presença desses caciques é importante para despertar a consciência

nacional dos governantes e legisladores.

O segundo motivo apontado pelo presidente do Cimi diz respeito à questão da emancipação: "A opinião pública se mobilizou contra esse decreto e houve mesmo a presença de índios em atos públicos, como o de São Paulo. Mas era necessário que houvesse essa reunião específica deles para que todos pudéssemos ouvir o seu ponto de vista sobre o projeto". Para justificar a assembléia, o bispo de Goiânia citou "o Ano dos Mártires Indígenas, que os missionários celebraram nas ruínas de São Miguel, no final de novembro".

"Quando o Cimi tomou a decisão de apoiar a realização dessa reunião — prosseguiu d. Tomás —, estávamos absolutamente tranquilos quanto a qualquer insinuação de manipulação porque a tradição do órgão está aí para tirar qualquer dúvida quando a uma possível atitude de tomar a dianteira do índio, fazer por ele ou fazer sem ele".

Por fim, o bispo assinalou ter percebido nesses dias "que o índio agradece esta colaboração para que ele se possa encontrar, índio com índio, sem a presença de branco, eles mesmos coordenando e decidindo sobre seus passos, elaborando sua mensagem absolutamente sozinhos".

### EMANCIPAÇÃO

Em Belo Horizonte, ao lem-

brar o final do prazo para a demarcação das áreas dos índios, o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena criticou severamente em sua nota o projeto de emancipação que continua em estudos pelo governo federal. O documento também destaca que, "em vez da demarcação preconizada pelo Estatuto do Índio, o que se viu nesse período foi a constante espoliação das terras indígenas com invasões, perante as quais se omitia o órgão de proteção ao índio ou autorizava essas invasões, através de certidões negativas de arrendamento".

"Além disso — resalta a nota — o lucro desses arrendamentos raramente reverte em benefício das comunidades indígenas". Após mencionar que "em toda a história da política indigenista oficial os índios sempre foram os menos favorecidos", o documento resume a situação de dez grupos indígenas que têm enfrentado problemas por não terem ainda garantida a propriedade de suas terras, referindo-se aos kaingangs, xoko-kariris, parakanãs, araras, xacriabras, tupiniquins, kadiveus, tapirapés, ava-canoeiros e os waimiri-atroaris. A nota termina com essas indagações: "Até quando não se vai respeitar a diversidade cultural em nosso território?" e "Até quando os órgãos encarregados da política indigenista brasileira vão continuar infringindo leis impunemente?"